



Representação da mulher negra nos cadernos de saúde dos jornais impressos¹

Wellington Oliveira dos Santos²
Paulo Vinícius Baptista da Silva³
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Nossa pesquisa tem como foco o campo midiático contemporâneo dirigido para a área da saúde e como esse apresenta a mulher negra brasileira. Trabalhamos com o caderno de saúde *Mais Saúde* do jornal impresso *O Estado do Paraná* e a partir da base de dados realizamos estudo que teve como objetivo analisar a representação das mulheres negras nesse caderno, voltado para a saúde e prevenção. A sub-representação ou mesmo ausência da mulher negra nesse tipo de mídia, apontada pelos resultados, pode estar relacionado com as desigualdades estruturais e simbólicas enfrentadas pelas negras brasileiras, o que pode ser consequência da hierarquização racial e de gênero que permanece no discurso midiático, que não concede a mulher negra o privilégio de ser considerada modelo de mulher e de humanidade.

Palavras-chave

Mulher negra; negro; racismo discursivo.

Introdução

A mulher negra sofre duplo preconceito: por ser mulher e por ser negra. Essa afirmação pertence ao discurso popular acerca das desigualdades de tratamento existentes em nosso país, tanto no que diz respeito à raça quanto ao que diz respeito ao gênero. O caráter “duplo” do preconceito não deve ser tomado como uma simples soma do preconceito de gênero com o preconceito racial. Trata-se, isso sim, de uma complicada trama de práticas culturais que, desde que os negros⁴ foram trazidos contra sua vontade para o Brasil, estabelecem lugares sociais para brancos e negros, brancas e negras, entre outros fatores.

Os lugares sociais mantidos por determinadas práticas culturais não dizem respeito apenas ao campo estrutural (socioeconômico), mas também ao campo das produções simbólicas. Os objetivos do presente trabalho são analisar de que modo se dá

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na DT 07 – Divisão de Comunicação, Espaço e Cidadania, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Blumenau/SC – 28 a 30 de maio de 2009.

² Acadêmico do curso de Psicologia na Universidade Federal do Paraná, bolsista de Iniciação Científica CNPq no NEAB-UFPR, e-mail psicologowell@gmail.com.

³ Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP, membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR) e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPR), e-mail paulovbsilva@uol.com.br.

⁴ Nesse trabalho o termo negro(s) equivale ao conjunto da população brasileira tratada como pretos e pardos pelo IBGE.



a representação das mulheres negras no campo simbólico da mídia contemporânea dirigida para a área da saúde humana, através da análise dos personagens humanos dos cadernos de saúde dos jornais impressos paranaenses, destacando representações de saúde/doença, profissional da saúde/paciente-cliente, relacionando os resultados com desigualdades sociais existentes entre brancos e brancas, negros e negras na sociedade brasileira principalmente no campo simbólico (mídia) e estrutural (socioeconômico).

No campo estrutural, dados expressivos (ver PAIXÃO, 2003) indicam que, se as distâncias entre o grupo branco e o grupo negro em nossa sociedade são alarmantes, privando o último de condições básicas de educação, saúde, lazer e emprego, a distância entre as mulheres negras e o grupo branco são ainda mais preocupantes. Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano⁵ (IDH), o grupo branco brasileiro se aproxima ao dos habitantes dos países desenvolvidos da Europa, IDH = 0,791, enquanto o do grupo negro brasileiro se aproxima ao dos países subdesenvolvidos da África e dos países asiáticos, IDH = 0,671 (PAIXÃO, 2003). É como se existissem dois países em apenas um: o dos brancos, os mais ricos, e o dos negros, os mais pobres. Mas no Brasil pobreza não tem apenas cor: tem gênero (PAIXÃO, 2003). O IDH do homem branco (= 0,81) está acima do da mulher branca (= 0,65); este, por sua vez, se aproxima do IDH do homem negro (= 0,66). A base de nossa pirâmide socioeconômica são as mulheres negras: elas possuem o menor índice de desenvolvimento humano do país (= 0,51). Podemos inferir que um menor IDH conseqüentemente resulta, entre outras coisas, em um menor poder aquisitivo por parte do grupo negro, principalmente no caso das mulheres negras, em relação ao grupo branco.

Pesquisas que analisam as diferenças sociais dos indivíduos pela cor de pele e com recorte de gênero são importantes porque durante muito tempo as práticas discriminatórias existentes no Brasil se escondiam na falta de dados concretos acerca das diferenças sociais entre grupos de cor (PAIXÃO, 2003). Provavelmente seja essa uma das razões de o Estado brasileiro ter reconhecido formalmente somente na década de 1990, após o surgimento de diversos dados estatísticos acerca da população segregados por cor, a existência de racismo e de discriminações baseadas na cor de pele

⁵ O IDH é calculado de acordo com três variáveis: índice de rendimento per capita, índice de educação e índice de longevidade. Desde 1990, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) utiliza o índice para avaliar a qualidade de vida dentro dos países que fazem parte da ONU. Existem três estágios de desenvolvimento: os países que apresentam IDH maior ou igual a 0,800 são considerados de alto estágio de desenvolvimento; já países com IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio estágio de desenvolvimento; países com IDH menor que 0,500 são considerados de baixo estágio de desenvolvimento humano. Para maiores informações sobre a fórmula de cálculo do IDH, e mesmo sobre experiências internacionais de desagregação do índice por etnias, ver Paixão (2003).



ou na origem étnica perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (PRESSLER, 2006), por exemplo.

Mesmo mais de um século depois do final da escravidão, o grupo negro e principalmente as mulheres desse grupo continuam a ser a base socioeconômica da sociedade. Continuam a ser persistentemente excluídos das esferas de poder, como a política, a academia e a mídia. Paixão (2003) aponta dois principais motivos para a persistente exclusão social do grupo negro brasileiro: o legado do processo de abolição da escravidão “(...) que manteve o regime de propriedade concentrada nas mãos de poucas pessoas, negando mínimos direitos econômicos e sociais aos descendentes dos antigos escravos” (p.27-28) e a permanência, desde o fim da escravidão, de diversas práticas discriminatórias socialmente compartilhadas em diversas esferas da sociedade.

Entre as diversas práticas discriminatórias apontadas por Paixão (2003), provavelmente poderíamos incluir as produções culturais simbólicas. Produções culturais simbólicas não apenas reproduzem as desigualdades de gênero e de raça existentes no campo estrutural, como também produzem e mantêm tais desigualdades (SILVA & ROSEMBERG, 2007; SILVA, SANTOS & ROCHA, 2008). Por essa razão, uma das principais reivindicações dos movimentos negros e feministas seja uma mudança no modo como certas produções simbólicas vem sendo historicamente difundidas. Na sociedade contemporânea, a mídia, por estar intimamente vinculada com os interesses de produção e consumo de mercadorias, essenciais numa sociedade capitalista, tem um papel de destaque no campo da produção simbólica.

A mídia atua nas relações sociais ao confirmar lugares existentes para brancos e negros, brancas e negras, e naturalizar esses lugares, ou seja, tomá-los não como sócio-historicamente construídos, e sim como intrínsecos a determinado gênero ou raça. Pesquisas recentes no campo midiático apontam para o fato de que o grupo negro e principalmente a mulher negra estão sub-representados ou ausentes de determinados espaços da mídia, tanto no que diz respeito ao produto da mídia (SILVA e ROSEMBERG, 2007) quanto àqueles que produzem a mídia (DALCASTAGNE, 2008).

Por exemplo, Silva e Rosemberg (2007) realizaram uma revisão de literatura sobre o discurso racial na mídia brasileira, analisando pesquisas nos seguintes campos: literatura e cinema, imprensa, televisão, literatura infanto-juvenil e livro didático. Consultando 24 bases de dados bibliográficos, de textos publicados entre 1987 e 2002, localizaram 182 referências a pesquisas que tratavam de relações raciais e/ou racismo na mídia, direta ou indiretamente. Eles sistematizaram os resultados encontrados na

pesquisa em quatro pontos (SILVA e ROSEMBERG, 2007): a) a evidente sub-representação do grupo negro nas diversas mídias; b) o constante silenciamento das mídias sobre as desigualdades raciais, que segundo os autores exerce um duplo papel: negar os processos de discriminação racial, buscando ocultar a racialização das relações sociais, ao mesmo tempo em que propõe uma homogeneidade cultural ao brasileiro; c) o grupo branco é tratado como representante “natural” da espécie humana; d) a estereotipia na representação do homem e da mulher negra, adulto ou criança é recorrentemente assinalada nas diversas mídias. Segundo os autores, as pesquisas relatam modificações nos discursos sobre negros/as, mas essas modificações ainda são limitadas.

Dalcastagne (DALCASTAGNE, 2005; DALCASTAGNE, 2008) apresentou pesquisa sobre a personagem do romance brasileiro contemporâneo, analisando 258 obras literárias publicadas entre 1990 e 2004 das três principais editoras nacionais. Entre seus principais dados estão os que se referem ao gênero e a cor-etnia das personagens dos romances. Independentemente de gênero, das personagens, 79,8% são brancas e 7,9% são negras. Os negros são 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores, enquanto que os brancos são 84,5% dos protagonistas e 86,9% dos narradores. Relacionado com o gênero das personagens, 206 homens brancos são protagonistas e 83 mulheres brancas encontram-se na mesma posição; dos negros, 17 homens são protagonistas e 3 mulheres negras encontra-se na mesma posição. No caso dos narradores, 107 são homens brancos, 52 são mulheres brancas; 4 são homens negros e 1 é mulher negra. Dalcastagne (2005) também constatou que as personagens negras apresentam proporção menor de relações amorosas e familiares: 71,4% das personagens, enquanto que no caso do grupo branco a proporção é de 84,3%. No caso das principais ocupações das personagens, entre o grupo branco, as três principais ocupações são “dona de casa” (9,8%), “artista” (teatro, cinema, artes plásticas, música) (8,5%) e “escritor” (6,9%); entre o grupo negro, são “bandido/contraventor” (20,4%), “empregada/o doméstica/o” (12,2%) e “escravo” (9,2%). Analisando aquelas ocupações tidas culturalmente como “femininas”, a autora argumenta que a literatura, em geral, tende a manter a mulher presa ao ambiente doméstico (DALCASTAGNE, 2005; DALCASTAGNE, 2008): se no caso das personagens brancas “dona de casa” ocupa a primeira posição, no caso das personagens negras “empregada doméstica” aparece em primeiro lugar.



Beleli (2005), em pesquisa sobre como a publicidade brasileira trabalha com as diferenças, analisou as campanhas publicitárias dos Anuários de Criação produzidos pelo Clube de Criação de São Paulo (CCSP), que reúne as propagandas vencedoras nos Festivais de Criação, do ano de 1975 a 2003. A autora selecionou 889 publicidades divulgadas em revistas e outdoors, e entre estas as que evocavam diferenças. Também entrevistou nove profissionais do meio publicitário. O que constatou, entre outras coisas, foi que a raça negra se tornou mais visível nos últimos dez anos do material pesquisado – resultado da “descoberta”, segundo os publicitários entrevistados, da classe média negra. Para a autora, a entrada observada da/o negra/o na publicidade estaria vinculada ao mercado e suas demandas. Os publicitários, de olho no aumento da classe média negra, teriam perdido o medo de “queimar o produto” ao anunciá-lo com personagens de corpos negros. “Queimar o produto” (BELELI, 2005) estaria vinculado ao critério de “boa aparência”, o que coloca os corpos negros em desvantagem em relação aos corpos brancos ou de aparência européia, pois esses sim são de boa aparência e, seguindo o raciocínio dos publicitários, vendem. Os publicitários também argumentam que a “boa aparência” facilita a identificação entre o produto anunciado e o consumidor – tornando a publicidade eficaz (BELELI, 2005, p.94). Note-se que os publicitários partem da idéia de um consumidor branco, que se identifica com o produto. De acordo com a autora “na publicidade (...) ‘aparência’ define quem é ou não ‘lindo’ e um dos fortes atributos de beleza é a ‘cor’” (BELELI, 2005, p.122). Sendo a cor critério de definição de quem é lindo ou não, isso provavelmente significa que modelos brancos tendem a ser associados à beleza, saúde e bem-estar, sendo os representantes universais da espécie humana na publicidade.

A exceção da utilização de modelos brancos como representantes da humanidade geralmente foi vista naqueles produtos dirigidos para a pele morena e negra, que trazem uma justificativa para a exibição de corpos negros na publicidade, qual seja, a especificidade do produto. No imenso universo dos produtos “não específicos”, são os corpos brancos que representaram o tipo humano.

Quanto à utilização de corpos brancos como modelo de humanidade, podemos interpretá-lo com o auxílio do conceito de “branquidade normativa”, de Gyroux (1999). Nas práticas culturais, o grupo branco tende a ser tomado como “padrão” de humanidade quando, no discurso, assume a existência diante de outros grupos raciais, mas tende a se colocar no centro desse discurso – como um “eu” em relação aos “outros”.



O que as pesquisas no campo midiático citadas indicam pode ser entendido também como uma hiper-valorização dos traços brancos em prejuízo de outros traços, que Araújo (2002), em análise de pesquisas sobre racismo na mídia, descreve com o conceito de estética ariana. Utilizando o conceito de racismo de status de Guimarães (1997), também podemos dizer que ao grupo branco é concedido o privilégio de representar a espécie humana na mídia nacional, cabendo ao negro o papel de figurante. Esse último conceito teórico é o principal da nossa pesquisa, por isso vamos explorá-lo um pouco mais.

Ao definir o racismo brasileiro, Guimarães (1997) defende o uso do termo *raça* em seu sentido sociológico, não biológico, porque permanece nas práticas populares a idéia de que diferenças fenotípicas se refletem no desempenho dos indivíduos. “Raça” pode demonstrar o caráter específico das práticas e crenças discriminatórias. Na visão de Guimarães (1997), a sociedade brasileira é uma sociedade de status onde certos grupos sociais teriam “direitos” a certos privilégios em relação ao Estado e a outros grupos sociais. Esses privilégios seriam garantidos pela aparência e pela cor, considerados pelo teórico os principais marcos sociais. Os traços fenotípicos serviriam para indicar certa “essência” dos indivíduos, e não a descendência. No caráter essencialista da exclusão no Brasil, indivíduos de cor escura e traços ditos “negróides” estariam condenados a ocupar as esferas sociais de baixo status (GUIMARÃES, 1997). O racismo brasileiro contra os negros, desde a pesquisa de Oracy Nogueira na década de 1950 (apud PAIXÃO, 2003; apud BELELI, 2005), é entendido como fenotípico pela maior parte dos cientistas sociais. O que torna um indivíduo objeto de preconceito não é tanto a sua ascendência, mas sim a sua aparência física (cor da pele, formato do nariz e lábios e textura do cabelo, principalmente). E mesmo as desigualdades de classe se legitimariam através da ordem de status: seria “normal” encontrarmos boa parte do grupo negro nas camadas sociais mais baixas, pois são cidadãos de baixo status, enquanto as camadas mais altas possuem maioria esmagadora de brancos. O curioso é que esse processo, esse racismo, se daria de modo “cordial”, pois não existem mecanismos legais de segregação racial, como os que existiram nos Estados Unidos e na África do Sul, por exemplo (GUIMARÃES, 1997).

A pequena proporção de personagens negras/os em imagens publicitárias e no romance literário pode ser compreendida como amostra da presença desses personagens em várias partes da mídia nacional (SILVA e ROSEMBERG, 2007). Como parte das práticas culturais que mantém o grupo negro em seu status inferior em relação aos



brancos, a mídia necessita ser questionada quanto à imagem que passa do grupo negro. Uma mudança nas práticas racistas de nossa sociedade possivelmente passaria por uma mudança na forma como personagens brancos e negros interagem no meio midiático.

Em nossa pesquisa, analisamos parte da representação da mulher negra na mídia impressa, dentro de um caderno específico voltado para a área da saúde vinculado em um jornal paranaense. Na mídia, diferentes formas de expressão de racismo ou sexismo podem (co)existir, implícita ou explicitamente. Buscamos analisar como as imagens de seres humanos utilizadas pela mídia voltada para a saúde atuam de modo a reproduzir ou produzir determinadas desigualdades existentes. Buscamos verificar também de que modo as personagens negras são representadas especialmente nos seguintes pontos: papel de profissional da saúde e papel de paciente/cliente; e representação de corpo saudável e representação de corpo doente. A hipótese de nosso trabalho é que as diferenças socialmente construídas entre os grupos raciais e entre os gêneros acabam por se combinar de modo perverso no caso da representação da mulher negra na mídia voltada para a saúde, o que pode significar um afastamento dessa dos modelos de humanidade.

Metodologia

Na presente pesquisa⁶, decidimos trabalhar com as personagens negras e brancas contidas em imagens do caderno de saúde *Mais Saúde*, do jornal *O Estado do Paraná*⁷, um dos três principais jornais do Paraná (ZUNIGA, 2000), ao lado do jornal *Gazeta do Povo* e *Tribuna do Paraná*⁸. Selecionamos como amostra quatro meses de circulação desse caderno: março, abril, maio e junho do ano de 2007. O caderno *Mais Saúde* é veiculado com o jornal *O Estado do Paraná* às terças-feiras sendo, portanto, semanal. Segundo as informações contidas no próprio caderno, ele trata dos seguintes assuntos: medicina, prevenção, beleza, estética, nutrição, fitness e medicamentos (O ESTADO DO PARANÁ, CADERNO MAIS SAÚDE, 06 mar. 2007).

Em quatro meses, reunimos 17 edições do caderno (do número 156 ao número 172). Realizamos quantificação das personagens de cada edição. Por personagem,

⁶ Essa pesquisa está inserida no trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná que tem como objeto a representação do grupo racial negro na mídia impressa paranaense. Nesse trabalho, organizamos um banco de dados que tem como fonte três jornais impressos de circulação na grande Curitiba: *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*.

⁷ De acordo com Zuniga (2000), sua primeira edição data de 1951. Em 1964, Paulo Pimentel, político conservador que ocupou vários cargos no Paraná, adquire o jornal, sendo o proprietário do mesmo até os dias atuais.

⁸ O jornal *Gazeta do Povo* não conta com um caderno de saúde semanal, e sim mensal - por essa razão não entrou na presente amostra. Já o jornal *Tribuna do Paraná* não possui um caderno de saúde.



entendemos aqueles seres humanos contidos em imagens (fotografias, caricaturas e outros). Trabalhamos com categorias pré-determinadas para organização e análise dos dados. São elas: cor-etnia, gênero, individualidade, idade ou etapa da vida e relações de parentesco. Especificamente para essa pesquisa, desenvolvemos as seguintes categorias, após leitura flutuante da amostra: papel no contexto da saúde e representação dos corpos.

Sobre papel no contexto da saúde (ou papel no contexto do caderno de saúde): decidimos trabalhar com dois possíveis papéis dentro do contexto da saúde - o de profissional da saúde (categoria que engloba qualquer profissional capaz de auxiliar na promoção da saúde humana, seja ela física, psicológica, espiritual etc.) e o de paciente/cliente (engloba aqueles que se submetem a intervenção em busca da saúde). Os papéis são determinados pelo contexto em que se encontra a personagem (p. ex., alusão textual a profissão da saúde, no caso dos profissionais, ou corpo sendo examinado, no caso dos pacientes/clientes). A sub-categoria não se aplica foi reservada àqueles personagens que não foram relacionados a nenhum dos dois papéis.

Sobre a representação dos corpos: observamos que quando os jornais querem aludir a “saúde” ou a “doença”, estereotipizam os corpos de seus personagens para serem compreendidos – para aludirem ao saudável ou ao doente. Criamos, então, as seguintes sub-categorias: corpo saudável (a personagem aparenta bem-estar físico, psicológico, social, etc. destacado, ou remete a qualidade de vida. Ex: aparece desempenhando atividade física, sorrindo, brincando, etc.), corpo doente (a personagem aparenta mal-estar físico, psicológico, social, etc. destacado. Ex: aparece com expressões faciais “negativas”, que evocam tristeza, corpo marcado por alguma disfunção, fumando, etc.) e sem alusão explícita (quando não foi possível atribuir o personagem a alguma das sub-categorias anteriores).

O tratamento dos dados foi realizado com o auxílio do programa computacional *Statistical Package for the Social Sciences* (S.P.S.S.), para Windows XP. Destacamos a variável cor-etnia e realizamos cruzamentos dessa variável com as outras, utilizando procedimentos de análise de conteúdo (ver SILVA, 2005). Também realizamos cruzamentos entre a variável cor-etnia, a variável gênero e a variável papel no contexto jornalístico e representação corporal. A análise quantitativa foi paralela a análise qualitativa da presença de brancas e negras, brancos e negros, nesse caderno de saúde.

Resultados e discussão: quem é a mulher negra nos cadernos de saúde?

Nos quatro meses de edições do caderno *Mais Saúde* (de março a junho de 2007), em 17 edições, contabilizamos 265 personagens. O número de personagens do grupo racial branco foi de 237, correspondendo a 89,4% do total de personagens encontrados. O número de personagens do grupo negro (somatória dos grupos pardo e preto) foi de 9, o que corresponde a 3,4% do total. Não foram encontrados personagens de fenótipo indígena ou amarelo na amostra. 19 personagens, 7,2% do total, foram tomados como fenotipicamente indeterminados (esse é o caso daqueles personagens cuja imagem impede identificação fenotípica e, também, o caso dos grupos de mais de quatro personagens onde mais de um grupo étnico-racial é identificado - na amostra, sempre grupos constituídos por brancos/as e negros). Dividindo o número de personagens do grupo branco pelo número de personagens do grupo negro, temos uma “taxa de branquidade” (SILVA, 2005) igual a 26,3 (ou seja, para cada personagem do grupo negro, existem 26,3 personagens brancos/as).

Aprofundando a discussão sobre cor-etnia, os resultados indicam que o caderno de saúde tende a considerar o/a branco/a como representante da espécie humana, utilizando o outro (negro/a) apenas para confirmar sua posição central, o que a pesquisa com publicidade de Beleli (2005) e a pesquisa com romances literários de Dalcastagne (2005; 2008) também apontam. Esse ponto está presente em diversos meios midiáticos brasileiros (SILVA e ROSEMBERG, 2007). Interpretando com base nas categorias teóricas estudadas, consideramos que o/a negro/a não é tomado como representante da espécie humana, mas como o outro, apenas utilizando para confirmar a presença do/a branco/a (GYROUX, apud SILVA, 2007), pois não tem status suficiente, dentro da hierarquia racial brasileira, para ocupar o espaço de normalidade (GUIMARÃES, 1997).

Paixão (2003) aponta que o IDH dos negros brasileiros é menor que o dos brancos, sendo assim, podemos inferir que o poder aquisitivo dos brancos é maior que o dos negros. Mas podemos dizer que a expressão mínima de personagens negros encontrada no caderno reflete que os seus leitores (consumidores, no final das contas) são brancos? Ou diremos que o que acontece é a tendência do jornal em tomar o branco como modelo de humanidade, o que inclui tomar seus leitores como brancos (perspectiva hegemônica nos meios midiáticos, como apontam SILVA e



ROSEMBERG, 2007)? Não desconsideramos a primeira hipótese, mas a hiper-representação de personagens brancos apresentada pelo caderno de saúde parece corroborar também a segunda. O grupo negro encontra-se sub-representado não apenas quando comparamos o número de personagens encontrados com o percentual populacional desse grupo no Brasil (que é próximo a 50%), mas também quando, de forma qualitativa, comparamos essa representação com a importância desse grupo para a constituição do povo brasileiro.

O número de personagens brancos masculinos foi 114 (94,2% do total), contra 6 (4,9%) negros, enquanto que no caso feminino o número de personagens brancas foi 96 (93,2%) contra 1 (0,9%) negra. Ou seja, a taxa de branquidade entre os personagens masculinos foi igual a 19, enquanto entre os personagens femininos foi 96. Em grupos de até quatro pessoas o grupo negro não apareceu representado por personagens masculinos ou femininos ao mesmo tempo. Os resultados para personagens femininos e masculinos brancos e negros indicam que as personagens femininas negras ocupam a base da pirâmide de participação no caderno de saúde. O caderno de saúde quase parece representar nossa pirâmide social (PAIXÃO, 2003): em maior participação, homens brancos, que na sociedade possuem o maior IDH, seguidos de mulheres brancas; na base, homens negros e mulheres negras, essas últimas que possuem o menor IDH. Além de sub-representadas, analisamos que os traços das mulheres negras não foram valorizados, ao contrário dos traços das mulheres brancas. Não observamos personagens mulheres negras na primeira página do caderno ou rostos de mulheres negras destacados, o que nos parece uma hiper-valorização dos traços das mulheres brancas ou uma estética ariana (ARAÚJO, 2002). Das 17 edições do caderno de saúde analisadas, encontramos 19 personagens femininas na primeira página: 17 brancas e 2 personagens sem cor-etnia definida. E dessas 17 personagens brancas, 6 delas ocupavam contexto individualmente.

Personagens masculinos negros foram encontrados tanto em grupo quanto individualmente, e personagens femininos negros foram encontrados apenas individualmente, enquanto que tanto homens quanto mulheres brancas foram encontrados em ambas as condições. Homens brancos e negros e mulheres brancas apareceram em três faixas etárias (infância-adolescência, adulta, idoso), enquanto mulheres negras apareceram apenas na faixa etária adulta, o que indica que mulheres negras crianças/adolescentes ou idosas não tem existência no caderno de saúde. Essa



negação de diversidade etária, em nossa interpretação, contribuiu para um afastamento da mulher negra dos modelos de humanidade.

No caso das relações familiares, personagens do grupo branco foram encontrados desempenhando relações familiares, e personagens do grupo negro não apareceram nessa situação. Silva (2007) denominou esse fenômeno de “proibição tácita” de representar a/o negra/o em família ou a família negra, que circula da literatura brasileira para outros meios midiáticos e Dalcastagne (2005) constatou que os/as negros/as aparecem em menor percentual em relações familiares na literatura contemporânea. Provavelmente a quase ausência de mulheres negras contribui para isso, afinal, representações familiares geralmente incluem maternidade. No caso de um caderno voltado para a saúde, constatamos que as relações familiares podem estar relacionadas intimamente com representações de saúde. Quando a mídia nacional dirigida para a saúde apresenta apenas brancas/os em relações familiares, parece sugerir que são as famílias brancas o exemplo de saúde a ser seguido pelas demais. Ou, em uma interpretação mais pessimista, parece sugerir que as negras e os negros não deveriam ter continuidade – pois a presença de uma mãe negra pressupõe alta probabilidade de descendentes negros (pardos e pretos). Nesse caso, estaríamos diante de um embranquecimento simbólico (por se dar apenas no campo simbólico) do povo brasileiro.

Os personagens brancos, mulheres e principalmente homens, aparecem percentualmente mais exercendo os dois papéis possíveis (profissional da saúde e paciente/cliente). No caso dos personagens que desempenham papel de profissional da saúde, a maioria foi tomada como branco, adulto, do gênero masculino. De 37 personagens masculinos representando profissionais da saúde encontrados na amostra, 35 (94,5%) brancos, 2 (5,4%) negros. A taxa de branquidade foi de 17,5. De 16 personagens femininos na mesma situação, 16 (100%) brancas. Interpretamos esses resultados como indicativo de que os profissionais da saúde tendem a ser tomados como brancos pelo caderno (ou seja, os responsáveis por amenizar o sofrimento e/ou promover a saúde tendem a ser vistos como brancos), assim como os pacientes/clientes desses profissionais. Como para atingir o status de profissional da saúde é necessário domínio de um saber científico, talvez a mídia considere que apenas o homem branco tem a razão (poder) para tal. Paixão (2003) aponta que as práticas discriminatórias que mantêm o grupo negro como um trabalhador de baixo status contribuem para a



manutenção desse grupo de cor em sua situação econômica atual. É mais uma face da hierarquia racial presente no discurso midiático.

As mulheres negras não aparecem desempenhando nenhum dos dois papéis possíveis, o que indica que sua presença no caderno de saúde não é apenas quantitativa, mas também qualitativamente inferior a dos homens negros. Como as profissões de saúde tendem a ser profissões de prestígio social elevado, a omissão de mulheres negras desses papéis provavelmente contribui para a manutenção do status social do grupo negro brasileiro (PAIXÃO, 2003). A pesquisa de Dalcastagne (2005) indica que a literatura atual de romances tende a tomar a mulher negra ou como empregada doméstica ou como profissional do sexo, que são profissões de baixo prestígio social, além de estarem associados no discurso popular a condições de pobreza e delinquência. Será que caso o caderno de saúde trabalhasse com esses papéis que são, de certa forma, manifestações atuais dos antigos papéis de escrava da casa grande e amante do senhor, as mulheres negras apareceriam? Essa questão levantamos mais para uma reflexão do que uma resposta definitiva.

Paixão (2003) aponta que o IDH da mulher negra está na base da pirâmide social, o que significa, entre outras coisas, que ela teria menos acesso a condições básicas de saúde. Mas o caderno parece ignorar isso, pois em nenhum momento mulheres negras aparecem desempenhando papel de paciente/cliente. As mulheres brancas são tomadas como representante do gênero feminino, o que significa que representações de doença e de saúde/beleza utilizaram seus corpos.

No caso das representações corporais de saúde e doença, a participação de personagens negros/as nessas categorias indica que negros/os não tendem a ser usados para representar a espécie humana (GYROUX, 1999). De 39 personagens masculinos tomados como corpos saudáveis, 37 (94,87%) brancos, 1 (2,56%) negro e 1 (2,56%) indeterminado, taxa de branquidade 37. Das 41 personagens femininas na mesma situação, 40 (97,56%) brancas, 0 (zero) negras e 1 (2,43%) indeterminada. Exclusão total de mulheres negras, o que impossibilita cálculo de taxa de branquidade. Dos 20 personagens masculinos tomados como corpos doentes, todos brancos (100%), o que impossibilita cálculo de taxa de branquidade. De 23 personagens femininas na mesma situação, 19 (82,60%) brancas e 4 (17,39%) indeterminadas. Esses resultados podem indicar uma tendência a não alusão a corpos negros (racializados) nas situações de saúde doença. Outra interpretação pode ser um cuidado em não representar corpos negros de forma estereotipada, o que revela certo cuidado com as mensagens. Nesse



caso, a ausência de estereotipia seria expressão da tentativa de romper com discurso racista – ainda que ele permaneça implícito na sub-representação do grupo negro, na estética ariana e na branquidade normativa. Tanto no caso dos corpos doentes quanto saudáveis, a representação do grupo negro foi menor que a do branco, o que provavelmente indica que o caderno de saúde tende a, além de tomar seu público leitor como branco, considerar que os corpos brancos são neutros (ou não racializados), portanto, podem ser considerados como representantes naturais da humanidade para comunicar doença ou saúde.

Provavelmente a tendência seja o uso de personagens negros somente quando a mídia trata de algo específico para sua cultura ou cor de pele quando, por ex., anuncia produtos para pele morena e negra (BELELI, 2005). A dicotomia saúde/beleza/branco e doença/feiúra/negro não foi verificada na amostra, pois tanto o grupo negro quanto o branco foram mais usados para representar saúde do que doença, diferentemente do que Beleli (2005) apresenta sobre a associação do grupo negro a delinquência e pobreza; entretanto, o fato de que apenas mulheres brancas terem sido tomadas como corpos saudáveis ou doentes parece indicar que elas são consideradas representantes do gênero feminino por excelência pela mídia nacional. Não encontramos estereotípias ligadas aos negros/as, diferentemente do constatado por Silva e Rosemberg, (2007). Provavelmente isso indica uma mudança na forma de tratamento do grupo negro na mídia, já que estereótipos negativos são evitados; entretanto essa mudança não representa necessariamente aumento significativo do espaço ocupado por negras/os na mídia, quando consideramos o contingente populacional desse grupo de cor-etnia na nossa sociedade (SILVA & ROSEMBERG, 2007) e pode indicar uma face da hierarquia racial existente em nossa sociedade (GUIMARÃES, 1997).

Dalcastagne (2005) aponta que entre 165 autores e autoras de romances atuais no Brasil, os que pertencem ao grupo racial branco somam 93,9%, o que pode estar relacionado ao grande número de personagens do grupo branco apresentado. Nossa pesquisa não teve como objetivo explorar o percentual de cada segmento racial na produção da mídia voltada para a saúde, mas se há uma relação entre a cor-etnia de quem produz a mídia e o que é produzido, podemos inferir que a sub-representação de homens e principalmente mulheres negras também indica sub-representação desses entre aqueles que produzem a mídia voltada para a saúde humana.

A nossa pesquisa, ao levantar respostas para a questão acerca da participação das mulheres negras no caderno de saúde, acabou por levantar outras questões. A



participação das mulheres negras na sociedade brasileira, tanto em termos populacionais quanto em importância histórica é inegável. Por que a mídia voltada para a saúde a desconsidera? Assim como Dalcastagne (2005), não esperamos que a mídia reproduza fielmente a realidade, e sim que esteja aberta para uma diversidade de visões de mundo – o que inclui uma diversidade de mundos e corpos vistos.

As desigualdades entre brancos e brancas, negras e negros no campo simbólico não apenas reproduzem desigualdades estruturais existentes, mas também atuam para produzir tais desigualdades, pois na realidade as mulheres negras exercem, embora minoritariamente, os papéis que nos discursos público lhes são negados, como o de profissional da saúde. As desigualdades também ajudam a manter o mito da democracia racial, pois os homens negros tendem a surgir ao lado de brancos, o que demonstra a pluralidade racial brasileira, mas uma análise mais profunda revela que eles quase nunca ocupam o espaço de representantes da espécie humana, principalmente no caso do gênero feminino.

Defendemos que na superação do racismo simbólico e estrutural, combinado com as desigualdades de gênero, que mantêm o status da negra brasileira, denunciar as desigualdades existentes em pontos importantes das produções simbólicas parece ser um passo importante. Porque uma mudança nessas desigualdades, no sentido de diminuí-las e até mesmo superá-las, pode significar uma mudança positiva tanto para o grupo negro como também para brancos e brancas. Quem sabe assim poderemos ver, esperamos que em um futuro próximo, pesquisas intituladas “representação das mulheres negras” e não apenas “representação da mulher negra” na mídia voltada para a saúde.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, J. Z. A estética do racismo. In. RAMOS, Sílvia (org.). **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002, p. 64-71.

BELELI, Iara. **Marcas da diferença na propaganda brasileira**. Tese (doutorado em ciências sociais). Unicamp, 2005, 157p.

DALCASTAGNE, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, 2005, p.13-71.

DALCASTAGNE, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, 2008, p.87-110.



GIROUX, Henry, A. Por uma pedagogia e política da branquidade. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n. 107, p. 97-132, julho, 1999.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Tese. Universidade de São Paulo, 1997, 248p.

O ESTADO DO PARANÁ, CADERNO MAIS SAÚDE. Curitiba. 06 mar. 2007.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PRESSLER, Neuza. O Desenvolvimento da Propaganda e a Transição da Forma de Trabalho na Formação Econômica e Social do Brasil no final do século XIX e a atual Exclusão Digital. **UNIrevista**, vol.1, número 3, 2006, p. 1 – 12.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Notas sobre os escritos do projeto “Racismo e discurso na América Latina”. Trabalho apresentado no **VII Congresso Latinoamericano de Estudios del Discurso**. Bogotá, Colombia, 2007.

SILVA, Paulo V. B. **Relações raciais em livros didáticos de língua portuguesa**. Tese (doutorado em psicologia social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005, 228p.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista e ROSEMBERG, Fúlvia. Negros y blancos en los *media* brasileños: el discurso racista y las prácticas de resistencia. In: DIJK, T. (org.). **Racismo y Discurso em América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007, p. 89-136.

SILVA, P. V. B., SANTOS, W. O. e ROCHA, N. G. Personagens negros e brancos em peças publicitárias publicadas em jornais paranaenses. **Cadernos NEPRE**. Cuiabá, N. 9, 2008.

ZUNIGA, Glaucia M. F. **Jornalismo: ethos e bastidores – mídia impressa paranaense**. Dissertação (mestrado em sociologia). Universidade Federal do Paraná, 2000.